



III CONGRESSO INTERNACIONAL DAS **CIÊNCIAS AGRÁRIAS** COINTER - PDVAGRO 2018

**ACESSO DIFERENCIADO A POLÍTICAS PÚBLICAS EM AGRICULTORES
AGROEXTRATIVISTAS DO TERRITÓRIO DO MÉDIO MEARIM, MARANHÃO.**

**DIFFERENTIATED ACCESS TO PUBLIC POLICIES IN FARMERS
AGROEXTRATIVISTAS OF THE MEDITERRANEAN TERRITORY MEARIM,
MARANHÃO.**

Apresentação: Pôster

Dawanne Gomes¹; Gizele Oeiras²; Roberto Porro³.

DOI: <https://doi.org/10.31692/2526-7701.IICOINTERPDVAGRO.2018.00235>

Introdução

A agricultura familiar possui alta relevância na economia brasileira, por sua capacidade de produzir alimentos, gerar empregos e renda, bem como fornecer melhorias na qualidade de vida no campo (GUILHOTO et al., 2010). O Maranhão é o estado brasileiro com maior índice de população rural, constituída, sobretudo por agricultores familiares: 38%, sendo a média nacional de 16% (IBGE, 2010). Historicamente, os principais entraves para o avanço da produção agrícola familiar no Brasil incluem fatores como a baixa capitalização, insuficiente acesso a linhas de crédito oficiais e assistência técnica à produção rural, falta de tecnologias adequadas e funcionamento imperfeito dos mercados (BIANCHINI, 2005). Para fortalecer as atividades desses agricultores é fundamental o acesso a políticas públicas e programas que proporcionem melhorias na produção, elevando sua renda, e garantindo a qualidade de vida no campo. Este trabalho tem como objetivo identificar quais são as políticas públicas e programas acessados por produtores agroextrativistas no Médio Mearim, Maranhão.

Fundamentação Teórica

As políticas públicas servem como ferramentas para o enriquecimento da sociedade, por meio de leis, ações e programas que apoiem de maneira direta ou indireta os indivíduos de

¹ Agronomia, UFRA, dawanne_12@hotmail.com

² Agronomia, UFRA, gizeleoeiras@gmail.com

³ Pesquisador, EMBRAPA, robertoporro@embrapa.br

acordo com as necessidades de determinado grupo social (MONTENEGRO; RODRIGUES, 2017).

Com as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar no Brasil, há necessidade de políticas públicas pertinentes, que viabilizem pequenos empreendimentos produtivos, promovendo a permanência do agricultor no campo, evitando o êxodo rural, e contribuindo para o crescimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Dessa forma, políticas públicas efetivas voltadas para a agricultura familiar diminuiriam alguns dos entraves que impedem o desenvolvimento do setor, contribuindo assim para a economia e fortalecendo a sociedade onde estão inseridos. (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Metodologia

Os dados analisados neste estudo foram coletados a partir de um questionário aplicado a 1.025 domicílios em 207 comunidades de 18 municípios do Médio Mearim. Para a estratificação da amostra, considerou-se, a partir do Censo Agropecuário de 2006, a proporcionalidade, em cada município, do número de estabelecimentos da agricultura familiar. As entrevistas ocorreram entre agosto e novembro de 2017, sendo realizadas diretamente em tablets nos quais foi instalado um sistema com tecnologias APACHE / PHP para leitura e interpretação do código fonte, e MySQL para persistência dos dados. A estrutura do questionário, desenvolvida em plataforma web, sincronizada nos tablets, permitiu o preenchimento off-line e, posteriormente, sua submissão para serem persistidos no servidor. Após a conclusão das entrevistas, os dados foram revisados e consolidados em arquivos .txt, exportados para o programa estatístico STATA, no qual procederam-se as análises. Embora o instrumento utilizado contenha diversas sessões, a discussão neste artigo focaliza a sessão referente a políticas públicas acessadas pelos agricultores de acordo com a situação fundiária e tamanho do lote do domicílio.

Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta a proporção dos domicílios que acessa políticas públicas e programas, de acordo com a categoria fundiária: ATER (assistência técnica e extensão rural), crédito, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), aposentadoria, PNAE (Programa Nacional de

Alimentação Escolar), Bolsa Família, PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos). Constatou-se que menos de 50% dos entrevistados tem acesso às políticas públicas citadas, exceto o programa Bolsa Família, que é acessada por 61,6 % dos domicílios.

Os programas e políticas relatados com maior frequência foram Bolsa Família (61,6% dos entrevistados), seguido do Crédito Rural (44%) e ATER (43,5%). Os menos frequentes foram PAA (3,5%) e PNAE (7,5%). Considerando apenas os mais frequentes, a categoria propriedade particular possui maior acesso ao crédito rural (54,5%), e o território quilombola a ATER (55%).

Tabela 1: Porcentagem de domicílios com acesso às políticas e programas por categoria fundiária. Fonte: Própria

Categoria fundiária	ATER	CRÉDITO	PRONAF	PAA	APOSENT.	PNAE	B. FAMÍLIA	PGPM
assentamento	40,3	29,3	22,7	3,3	46,5	5,9	59,7	23,1
território quilombola	55,0	32,5	20,0	10,0	52,5	7,5	62,5	42,5
propriedade particular	45,8	54,5	35,8	3,8	45,8	9,0	59,9	32,0
posse não regularizada	41,5	42,7	25,0	2,4	36,3	5,7	64,1	23,0
outro	43,8	53,4	28,8	2,7	24,7	12,3	68,5	16,4
total	43,5	44,0	28,6	3,5	42,4	7,5	61,6	26,7

De acordo com a Tabela 2, é possível observar os domicílios que acessam as políticas e programas conforme o tamanho do lote. Proprietários com lote em torno de 0-5ha possuem maior acesso ao Bolsa Família (69,6%) e a assistência técnica e extensão rural (49,8%). Já o acesso ao crédito rural é reportado com maior frequência por agricultores com lotes de 5.1-20ha, correspondendo a 52,3%.

Tabela 2: Porcentagem de domicílios com acesso às políticas e programas por tamanho do lote. Fonte: Própria

Tamanho lote	ATER	CRÉDITO	PRONAF	PAA	APOSENT.	PNAE	B. FAMÍLIA	PGPM
0-5ha	49,8	43,5	21,7	3,2	34,8	9,5	69,6	30,0
5.1-20ha	43,2	52,3	34,7	3,9	41,2	7,8	60,1	33,4
20.1-40ha	38,7	37,5	26,2	2,7	47,0	5,4	59,8	21,4
40.1-400ha	44,5	42,2	33,6	5,5	48,4	8,6	53,9	18,0
Total	43,5	44,0	28,6	3,5	42,4	7,5	61,6	26,7

Essas políticas e programas voltados para agricultura familiar são importantes para diminuir os entraves presentes no campo, de forma a manter o trabalhador no meio rural, contribuindo para o crescimento de sua propriedade, fornecendo melhoria na qualidade de

vida para a sua família, e apoiando o desenvolvimento econômico e social de sua região. Mas para que isso ocorra, é necessário o aperfeiçoamento destes instrumentos e sua maior disponibilidade para os agricultores.

Conclusões

A partir da análise dos dados, foi possível concluir que menos de 50% dos entrevistados têm acesso às políticas públicas citadas, exceto o programa Bolsa Família para o qual 61,6 % dos entrevistados relataram ter acesso. Os programas e políticas relatados com maior frequência, além do Bolsa Família, foram o crédito rural e a ATER. E os menos acessados são o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. A categoria propriedade particular apresentou maior acesso ao crédito rural, e a de territórios quilombolas, maior acesso à ATER. Proprietários com lotes entre 0-5ha possuem maior acesso ao Bolsa Família e a assistência técnica e extensão rural. Já o maior acesso ao crédito rural deu-se para agricultores com lotes entre 5.1-20ha. A compreensão sobre o acesso a essas políticas e programas é essencial para identificar ações necessárias para o maior fortalecimento aos agricultores familiares, visando a otimizar sua produção e assim garantir melhores condições de vida no campo.

Referências

GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, S. M.; SILVEIRA, F. G.; DINIZ, B. P. C.; AZZONI, C. R.; MOREIRA, G. R. C. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35., 2007, Recife. **Anais...** [Niterói]: ANPEC, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios - Resultados do Universo**. Rio de Janeiro, Brasil: FIBGE. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em 24.09.2018.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J.F. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. In: **Semina: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, LONDRINA**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

MONTENEGRO, M. K. S.; RODRIGUES, S. J. D. Território e políticas públicas: extrativismo do babaçu no município de Lago do Junco-MA. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA GT 2 – Comunidades tradicionais na luta por territórios.